

DA COBIÇA À RUINA: A SAGA DE
SIR WALTER RALEIGH EM BUSCA DO ELDORADO
(ANÁLISE DE UM RELATO DE VIAGEM)

FROM GREED TO RUIN: THE SAGA OF
SIR WALTER RALEIGH IN THE SEARCH FOR ELDORADO
(A TRAVEL REPORT ANALYSIS)

Luciana NASCIMENTO¹

Saide Feitosa SILVA²

Valtenir Soares ABREU³

RESUMO

Na obra *O caminho do Eldorado: a descoberta da Guiana por Walter Raleigh em 1595*, desenvolve-se o relato de viagem deste que é tido como “uma das figuras mais controvertidas da Renascença inglesa. Em uma incursão que pode ser considerada bem ousada, o explorador chega a um lugar – a Guiana, de onde sairia com suas expectativas de enriquecimento frustradas, pois os interesses da coroa não prosperaram. Entretanto, para o público, ávido por aventuras ocorridas nas distantes terras do Novo Mundo, suas peripécias renderam um assombroso número de cópias vendidas em 1596. Pretendemos analisar o relato de viagem de Sir Walter Raleigh em uma perspectiva que transcenda o olhar aventureiro e se detenha nos aspectos discursivos e nas relações de poder estabelecidas entre exploradores

¹ Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Titular da Universidade Federal do Acre em exercício na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <zen.sansara@uol.com.br>.

² Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de Língua e Literaturas de Língua Inglesa da Universidade Federal do Acre. E-mail: <saidefsilva@gmail.com>.

³ Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Roraima. E-mail: <valtenir.abreu@ufr.br>.



e explorados. Para esse fim, discutimos conceitos que consideramos importantes para nossa análise. Dentre estes, destacamos as ideias de discurso, poder e linguagem. Ao longo do relato de viagem, procuramos localizar tais concepções, buscando relações com a Linguística Aplicada enquanto campo epistemológico investigativo e interdisciplinar.

PALAVRAS-CHAVE

relato de viagem; discurso; poder; linguagem.

ABSTRACT

In the work *The way to Eldorado: the discovery of Guyana by Walter Raleigh in 1595*, the travel report of this man who is considered “one of the most controversial figures of the English Renaissance is developed. In an incursion that can be considered quite daring, the explorer arrives at one place – Guyana, from where he would leave with his expectations of enrichment frustrated, as the interests of the crown did not prosper. However, for the public, eager for adventures that took place in the distant lands of the New World, his adventures yielded an astonishing number of copies sold in 1596. We intend to analyze Sir Walter Raleigh’s travel account in a perspective that transcends the adventurous look and stops at in the discursive aspects and in the power relations established between exploiters and exploited. To this end, we discuss concepts that we consider important for our analysis. Among these, we highlight the ideas of discourse, power and language. Throughout the travel report, we pursue to locate such conceptions, seeking relationships with Applied Linguistics as an investigative and interdisciplinary epistemological field.

KEYWORDS

travel report; speech; power; language.

INTRODUÇÃO

No presente artigo, propomo-nos a analisar o texto *O caminho do Eldorado: a descoberta da Guiana por Walter Raleigh em 1595* – portanto localizado em pleno século XVI, quando a Inglaterra começa se destacar em relação às navegações –, examinando a visão dos sujeitos envolvidos nesse



processo histórico de busca pelo Eldorado, ou seja, tentaremos compreender tanto o olhar do explorador quanto das populações citadas em seus relatos, na medida em que cada um desses agentes representa um interesse, um contexto histórico-social e, sobretudo, uma ideologia expressa através de mecanismos sociais, dentre os quais destacaremos a linguagem.

O livro *O caminho de Eldorado: a descoberta da Guiana por Walter Raleigh em 1595* apresenta o relato da viagem deste poeta, historiador, soldado, pirata, explorador, parlamentar, cortesão, agricultor, preso político, herói nacional e inimigo público. No ano de 1595 – conforme sugere o próprio título da obra –, Raleigh teria se embrenhado na selva amazônica durante um mês, com recursos bastante limitados e, portanto, pequenas perspectivas de sucesso em sua empreitada na busca por riquezas que agradassem à Coroa. Do ponto de vista da corte, tratava-se de uma aventura de autopromoção, mas resultando em um clamoroso fracasso, inclusive culminando eventualmente com o vaticínio de sua pena capital. Por outro lado, o público leitor encontrou em seus relatos tanto fascínio e encanto que a obra resultante teve uma tiragem de um milhão de cópias, fato impensado à época.

Nossa análise pretende transcender as questões históricas, geográficas ou econômicas, focando, sobretudo, na intencionalidade dessa expedição no que se refere aos discursos implícitos – ou explícitos – na visão tanto do explorador quanto do explorado.

Em que pesem os nobres propósitos cartográficos, geográficos, botânicos, dentre outros, essas incursões estavam a serviço de instâncias de poder, as quais, ao adentrar o território da Guiana, trouxeram consigo concepções diferenciadas de mundo, de natureza, de sociedade e de homem,



as quais funcionavam – e operam até hoje – como instrumentos ideológicos, disseminando a perspectiva eurocêntrica de engendrar o mundo.

Para a escritora Mary Louise Pratt (1999) as relações entre viajantes e visitados são marcadas por uma série de tensões, as quais são mediadas pela construção ideológica desses sujeitos quanto a si próprios e ao outro. Nesse sentido, é válido dizer que, em alguma medida, o discurso do colonizador, pautado na pretensa superioridade em relação ao outrem, lhe “permite” um exercício de apropriação das terras e dos sujeitos visitados, pois, do seu ponto de vista, trata-se de ambientes e pessoas carentes de contato com a “civilização”.

Em sua obra *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação* (1999), a autora apresenta uma visão privilegiada dos relatos de viajantes europeus, notadamente no século XVII. É possível compreender os motivos que levaram à realização de inúmeras expedições rumo ao chamado Novo Mundo, onde riquezas inimagináveis estavam à espera. A crença de si mesmos como superiores a estes povos tidos como selvagens, incivilizados e pagãos – dentre outros adjetivos – criava, no imaginário europeu, a justificativa “necessária” para as investidas invasivas aos territórios nativos em busca do ouro e outras preciosidades. Machado (2000) descreve a obra como:

Obra de grande impacto acadêmico, com discussões teóricas inovadoras e análise minuciosa de uma ampla gama de relatos de viagem, o livro de Mary Pratt encontra-se na intersecção da análise de texto e crítica ideológica. Procurando desvendar não apenas os mecanismos ideológicos e semânticos por meio dos quais os viajantes europeus, a partir de meados do século XVIII, criaram um novo campo discursivo, forjando uma consciência planetária a respeito do outro colonial e suas culturas, a autora associa estes escritos e seus tropos às diferentes fases do expansionismo capitalista e suas conquistas dos territórios interiores do mundo colonial. (MACHADO, 2000, p. 1)



Pratt (1999) elenca como um dos seus principais objetivos analisar “a viagem de europeus e os escritos de expedições analisados em conexão com a expansão política e econômica europeia a partir de 1750” (PRATT, 1999, p. 28). A autora, através de uma reflexão crítica realizada sobre o tema, proporciona uma perspectiva diferenciada em relação ao imperialismo. Se antes este era visto principalmente como um fenômeno político ou econômico, pôde-se então vislumbrá-lo como sendo um agente de construção de visões de mundo, autoimagens, estereótipos étnicos, sociais, geográficos entre outros, cuja legitimidade se consolida primordialmente pela dominação externa, visível através de relações econômicas e políticas, como também a partir de processos de manipulações discursivas sobre as pessoas que com ele se envolvem.

Para Pratt (1999), as narrativas dos viajantes externam uma prática de apropriação do saber nativo como forma de produzir novos saberes, os quais estarão teoricamente a serviço das ciências. Além disso, a autora chama a atenção para o modo como as relações sociais aparecem nesses relatos, deixando uma impressão romântica, pacífica e amistosa quanto ao contato do viajante com as populações coloniais (índios, escravos, autoridades coloniais ou fazendeiros), os quais desempenham – de acordo com os textos produzidos – papéis e funções instrumentais, como informantes, guias ou hospedeiros.

A cobiça dos grandes impérios, a exemplo dos ingleses, sempre em busca de expansão territorial, enriquecimento, dominação e afirmação de poder, tem historicamente levado esses reinos a desconsiderar quaisquer tipos de limites, como as diversidades linguísticas, culturais, identitárias ou étnicas.

A sede pela riqueza e supremacia transforma-se em um impiedoso motor que impulsiona grupos de invasores a devastar civilizações muito mais antigas, ignorando suas tradições, crenças e identidade enquanto grupos humanos.



Aqueles que detêm a força investem-se de copiosos recursos na corrida pelo aumento inescrupuloso de suas posses, ainda que às custas de milhões de vidas inocentes. Através do terror, violência e desumanidade, o invasor vai demarcando seus domínios e estabelecendo seu poderio bélico e sua narrativa etnocêntrica.

Com Foucault (1997), principalmente em sua *Microfísica do poder*, delineia-se o juízo de que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, sendo antes um emaranhado de dispositivos ou mecanismos aos quais ninguém está imune. Para o filósofo francês, o poder não é algo que alguém ou um determinado grupo detenha como um instrumento coercivo, ínsito, imutável e/ou consagrado. O consagrado teórico chama a atenção para o fato de que, a rigor, o poder em si não existe. O que há, na verdade, são práticas ou relações de poder, exercidas a partir da utilização de instrumentos ou mecanismos discursivos e narrativos de dominação, subalternização e exclusão.

Outra ponderação possível a partir de Foucault (2012) é que o discurso exerce uma função de controle, de delimitação e legitimação das regras de poder em diferentes períodos históricos e grupos sociais. O filósofo gaulês, ao tratar da força desse elemento como forma de consolidação e embasamento do poder, alega:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p. 8-9).

Na perspectiva foucaultiana, discurso pode ser entendido como o encadeamento de signos organizados, os quais, interconectados, atuam como elemento de estabelecimento, reprodução e perpetuação de valores em um



determinado contexto social; o renomado teórico critica os procedimentos utilizados para validar esses discursos, os quais estão, notadamente, a serviço dos interesses daqueles que detêm a prevalência narrativa.

Parece então que, ao revestir-se de sua superioridade de colonizador ou de seus legítimos representantes, os viajantes conseguiram estabelecer, nos contextos visitados, uma posição privilegiada, mas que precisaria ser absorvida e aceita pelos rotulados “selvagens”. Isso significa dizer que, para assimilação e manutenção desses valores preconizados pelo discurso imperioso do estrangeiro, as estruturas sociais – tanto a colonizadora quanto a colonizada – deveriam dispor de rituais e estratégias específicas que favoreceriam sua validação e aceitação.

Nos relatos de viagens, dentre outros aspectos, é possível perceber que, anteriormente às investidas de dominação, conquista e exploração, o viajante-colonizador trata de aproximar-se do “objeto” a ser conquistado, atingindo progressivamente suas metas de aceitação e pertencimento. Sistemas ideológicos constituídos como a religião, por exemplo, são vistas com frequência como elementos circundantes dessas práticas.

Não há discurso sem intencionalidade, ou seja, o tempo todo as práticas discursivas estão relacionadas a desejos de poder, de posse, de subalternizações, como também preconiza Foucault (2012). A movimentação direcionada das estruturas sociais em busca da legitimação e aceitação do discurso está inscrita em um conjunto de práticas enunciativas cuja finalidade última é a apropriação daquilo que se deseja. Quanto a essa questão, o filósofo francês pontua:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com



o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Para que essa dinâmica de apoderação do poder seja devidamente colocada em prática, faz-se necessário, como visto no fragmento acima, a conexão com o objeto de interesse. Todas as vezes que o conquistador oferece ao nativo benefícios como amizade e proteção, não o empreende senão visando uma futura diminuição das resistências e a consequente abertura para a conquista planejada. De certa forma, pode-se dizer que, subjacente à aparente relação amistosa expressa por alguns conquistadores, há um projeto muito bem elaborado de apropriação, invasão e subalternização.

De acordo com Foucault (1997), todo saber constitui produto das relações de poder e um “novo poder” gera um “novo saber”, o que mostra a concretude dos chamados “discursos específicos”, isto é, aqueles que são emanados, produzidos ou reproduzidos no âmbito de determinadas instituições sociais. Desse modo, de acordo com a abordagem do filósofo francês, o discurso é produzido no interior ou em nome de uma instância de poder e por isso possui características próprias em determinados contextos coletivos.

Bakhtin/Volóchinov (2006), sobretudo em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, enfoca que a palavra, a linguagem e comunicação se configuram como símbolos ideológicos, e, como tais, são capazes de estabelecer as mais variadas relações entre os seres. Ao observar os relatos de viagens sob o prisma bakhtiniano, pode-se perceber que estes são carregados de ideologias



ora “simpáticas” aos povos visitados, ora explicitamente a serviço dos grupos sociais que diziam representar. Sendo a palavra o signo ideológico por excelência, poderia esta ser usada tanto como forma de dominação, no caso do colonizador, quanto como instrumento de resistência, no caso do colonizado.

BREVES NOTAS SOBRE OS RELATOS DE VIAGENS

Os mais variados deslocamentos no espaço geográfico, sejam eles reais ou imaginários, foram tematizados ao longo dos tempos em textos como a *Odisseia*, de Homero, ou as *Histórias*, de Heródoto. Mas as viagens que se estenderam desde a Antiguidade até inícios do século XIX foram movidas principalmente por fins práticos; em geral, cumpriam razões de Estado, testemunhadas, por exemplo, nas paredes do Palácio de Persépolis, que ilustram as missões diplomáticas na Antiga Pérsia do rei Dario; religiosas, como Édipo indo a Delfos consultar o oráculo; ou comerciais, registradas, por exemplo, no *Livro das maravilhas*, de Marco Polo. (AVENA, 2010, p. 1-2).

A finalidade das viagens começa a se modificar no auge do capitalismo mercantil, a partir do século XVI, quando os empreendimentos marítimos tinham como objetivos principais, “expansão dos impérios” e suas justificativas econômicas. Em fins do século XVII, sobretudo, jovens aristocratas britânicos interpretaram longas excursões pelo Velho Continente, que duravam de seis meses a dois anos, com o intuito de conhecerem a vida mundana de suas adjacências e distinguirem-se da mentalidade utilitária da burguesia ascendente.

As imagens que circundam a Amazônia por exemplo – espaço multifacetado, no qual se desenha um enorme mosaico cultural formado por pelo menos nove países, dentre os quais a Guiana, que nos interessa particularmente nesse momento – até hoje são descritas como surpreendentes e impactantes; tais



representações têm exercido fascínio em muitos países, de onde partiram importantes expedições com o intuito de confirmar os relatos elaborados por viajantes/exploradores; o lugar é visto sob o viés da multiplicidade de olhares, sendo, portanto, espaço polifônico. Como bem afirmou Neide Gondim, a Amazônia é uma construção, portanto, “uma invenção” (GONDIM, 2007).

Nesse prisma, sendo de grande contribuição para o meio acadêmico no que se refere à compreensão da Amazônia enquanto criação externa, os escritos de Neide Gondim denunciam a existência, sobretudo no continente europeu, de uma visão preconceituosa, pitoresca e estereotipada em relação aos povos que habitam essa região, tidos como preguiçosos, indolentes, incultos, dentre outros, motivos pelos quais se justificariam as investidas de colonização, dominação e evangelização desses povos.

Nota-se que toda a narrativa europeia exposta por Gondim (2007) evidencia a criação de uma motivação para a conquista desses territórios, ignorando o entendimento de noções diferentes de cultura, homem e sociedade; os nativos são comparados a animais irracionais.

Gondim considera ainda que, apesar da importância exercida pela riqueza cultural no processo de reconhecimento de uma sociedade, resultado da miscigenação de povos e culturas, e também da presença do contrassenso no relacionamento dessas culturas, a intenção dos exploradores europeus ao suprimir a verdadeira história do homem do novo mundo – inclusive encobrindo e desmerecendo o fluido mitológico que existia e ainda tinha fôlego numa sociedade marcada pela riqueza do seu imaginário –, foi simplesmente a realização de um projeto complexo de construção de uma realidade interessada a alguns, notadamente pertencentes aos grupos dominantes do Velho Continente (GONDIM, 2007).



Como resultado de todo esse movimento discursivo e, portanto, ideológico, de depreciação da Amazônia em contraposição à superioridade europeia, a imagem que fica – ao menos para o colonizador – é de um território que não apenas pode, mas deve ser conquistado e catolizado, verificando-se aí, mais uma vez, a utilização da religião como pretexto para invasão e devastação de civilizações inteiras, no interesse da ganância e pretensa posição de poder exercida por meio da força bélica e discursiva.

A partir do início do século XVI, relatos como os do invasor espanhol Francisco Pizarro, afirmando ter encontrado ouro nas terras dos Incas, no Peru, serviram de estímulo para que seus conterrâneos começassem a demonstrar interesse pela região do Atlântico Norte, principalmente após terem ouvido histórias sobre uma cidade chamada Manoa, onde residiria o príncipe El Dorado. Um certo Juan Martinez seria o único sobrevivente de uma expedição a tal cidade, tendo conhecido supostamente o príncipe em pessoa (OLIVEIRA, 2008).

Ainda de acordo com o historiador, nos anos de 1584, 1585 e 1591, o governador espanhol de Trinidad, Antônio de Berrio, conduziu três expedições pela região do rio Orinoco, uma em cada um desses anos, sendo que,

Em um dos trechos de seu relatório, de Berrio descreveu a cidade de Manoa e o príncipe El Dorado, apontando para a região do rio Caroni, um afluente do rio Orinoco, como o provável local do lago Parima, onde estaria a referida cidade. Essa região estaria nas proximidades da Serra Parima (hoje Pacaraima) com o rio Uraricoera, que em vários mapas dos séculos XVI e XVII recebeu o nome de rio Parima, com extensão até o rio Negro, terras que antes dos europeus eram ocupadas por famílias de índios Karíb e Arawak. (OLIVEIRA, 2008, p. 158).

Fazendo menção à presença de viajantes e exploradores como Raleigh e outros, Oliveira (2008) sustenta o argumento de que a cidade de Manoa



estaria de fato localizada nas terras onde atualmente se localizam a cidade de Pacaraima, no estado de Roraima. Este ente brasileiro, localizado no extremo norte do país, faz fronteira com a atual República Cooperativa da Guiana, território central do relato de viagem analisado neste artigo. Tais informações, entretanto, teriam sido obtidas em conversas com os indígenas, provavelmente incautos em relação aos propósitos mercantis dos colonizadores.

As considerações de Oliveira (2008), fundamentadas a partir de mapas, fragmentos de relatos de viajantes, dentre outros documentos, favorecem as reflexões sobre a presença europeia na chamada Amazônia Caribenha, notadamente em busca de riquezas e expansão dos seus domínios. O estudo de expedições como a de Walter Raleigh, sobre a qual nos debruçamos aqui, nos levam a questionar quais teriam sido de fato os meios empregados, que discursos, estratégias e ideologias, além do uso da força, foram colocados a serviço desses viajantes para o alcance dos seus objetivos.

Em sua obra *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda (2010) demonstra aspectos difundidos na era dos “descobrimentos” marítimos sobre as novas terras invadidas, analisando sua relação com fatores que possivelmente chamaram a atenção dos colonizadores europeus. Os viajantes daquele período tinham em suas entrelinhas uma fantasia, uma ideia de estarem adentrando em um paraíso perdido.

A ideia do desconhecido, latente no imaginário daqueles colonizadores que aqui aportaram criou uma visão mítica em relação ao novo mundo; essa noção de paraíso terrestre perdurou ainda séculos depois pelos viajantes naturalistas, e ainda acontece nos dias de hoje. O autor busca indicar as práticas e representações dos documentos escritos pelos viajantes colonizadores e a produção de conteúdos interpretativos a respeito das novas terras encontradas na América.



A cultura, subjetivamente partilhada com a natureza, encontrada nos escritos dos viajantes naturalistas remete-nos às questões da produção de sentido, trabalhadas nos estudos de Foucault e Bakhtin. Foucault aponta que toda produção de sentido é uma forma de legitimação do poder, e a linguagem tem o seu caráter ideológico, enunciativo, que não se encontra no sujeito, nem no enunciado, mas nas formulações discursivas. Assim, os postulados de Bakhtin dentro de um viés interdisciplinar, nos permitirão compreender questões acerca dos aspectos ideológicos do signo: “Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico”. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 32).

O estudo de Guillermo Giucci (1992), *Viajantes do maravilhoso*, retoma a herança recebida da Antiguidade, particularmente, em relação ao Atlântico, como um “mar tenebroso” e misterioso que ultrapassava os limites do mundo conhecido. O autor destaca que o imaginário em relação a terras distantes foi também alimentado pelas narrativas da tradição, tais como as viagens ao Oriente realizadas por Heródoto, Plínio, Santo Isidoro e Marco Polo.

Nessas viagens, os elementos que compõem o “deslumbrante” são sempre enaltecidos: natureza pródiga e exuberante, ócio e promessa de muita riqueza. E foi impulsionado pelo binômio remoto/edênico, cuja imagem principal é a da opulência das terras distantes que o navegador europeu “descobriu” no continente americano, dando início ao que Giucci chama de “conquista do maravilhoso”.

A obra de José Carlos Barreiro (2002), *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*, também nos serve de aporte para esse estudo. Barreiro investiga o imaginário dos viajantes e o traçado da reconstituição do cotidiano e das lutas sociais das



“classes subalternas” e para tanto, lança mão de uma importante reflexão acerca dos “tempos modernos” vivenciados pela sociedade e pela cultura que se desenvolveu a partir do século XVIII.

Nesse sentido, torna-se importante estudar as relações entre discurso, poder e saber na narrativa de Raleigh em busca do caminho de Eldorado. Aqui, a associação que Foucault fez entre discurso e poder pode muito bem ser integrada numa concepção conflitual fundamentada na distância entre o “europeu civilizado” e o “nativo rústico”, tal como expresso na obra de Bakhtin. Tais estudos (Foucault-Bakhtin – *Microfísica do poder; Arqueologia do saber; Marxismo e filosofia da linguagem*) serão de fundamental relevância para compreendermos o engendramento de um discurso do viajante que reverbera o discurso de grupos e instituições privilegiadas – por exemplo, o governo de Sua Majestade, a rainha Elizabeth I, da Inglaterra.

No livro *A Amazônia na visão dos viajantes dos séculos XVI e XVII: percurso e discurso*, a autora Auricléa Oliveira das Neves (2011) analisa os relatos de dois importantes cronistas do processo de desbravamento da Amazônia, testemunhas das primeiras expedições europeias pelos rios da região: os espanhóis Frei Gaspar de Carvajal, que relatou a saga de Francisco Orellana pelo Rio Amazonas, no período de 1541 a 1542; e o padre Cristóbal de Acuña, que acompanhou a expedição de Pedro Teixeira em sua viagem empreendida no ano de 1639.

Nas narrativas dos dois cronistas analisados por Neves (2011), predominam os elementos ligados ao maravilhoso, fictício, hiperbólico e paradisíaco, visão que parece confirmar a impressão do europeu em relação ao novo mundo ora “descoberto”. Paralelo a essa narrativa povoada de mistérios e metáforas, os viajantes empreendem uma minuciosa tarefa descritiva, com o propósito de



documentar a paisagem geográfica, a fauna, a flora, a hidrografia, o homem e a sociedade encontrados em suas respectivas expedições.

Na visão da autora, o mérito em estudar a literatura de viagem reside na possibilidade que esta proporciona o resgate das raízes literárias do nosso passado colonial, destacando a valia desses textos que ajudam a melhor compreensão dos discursos sobre a Amazônia, especialmente no que se refere a descrições pormenorizadas das condições gerais da terra, bem como na temática concernente à cultura de seus habitantes.

Até aqui, empreendemos uma breve, porém justificada reflexão a respeito dos relatos de viagens como instrumentos ideológico-discursivos destinados, entre outros propósitos, a assegurar a hegemonia de poder dos grandes impérios em detrimento da devastação de culturas e civilizações estabelecidas nos territórios invadidos. Passamos agora à análise propriamente dita da obra de Walter Raleigh (2002), onde buscamos abarcar certas nuances conceituais ensejadas de antemão.

DA COBIÇA À RUÍNA – LENDO A OBRA

Conforme dissemos nas sessões anteriores deste artigo, ao longo da história da humanidade, desde os tempos mais longínquos, o ouro desperta a atenção dos homens e atíça neles a ganância. Com o afã incontrolável de possuir tal riqueza, o homem não mediu consequências ou esforços, sendo capaz de se submeter às mais desumanas condições para consegui-la; e o pior, foi capaz de deixar aflorar o que há de mais primitivo e perverso no espírito humano, tornando-se o algoz impiedoso de sua própria espécie para possuir aquilo que lhe traria fortuna e glória na busca desenfreada pelo metal



precioso. Tais atividades escondiam, em sua essência, a sede de conquista de novas terras e o melhor lugar para se explorar e estabelecer domínios.

Essa ambição mobilizou e destruiu nações inteiras. Com o continente americano não foi diferente, e esse espectro atendeu por alguns nomes, sendo que um dos mais conhecidos é o famífero *Eldorado*.⁴ Não se sabe exatamente quem falou primeiro sobre uma cidade de ouro americana, o certo é que a história chegou à Europa através de exploradores vindos das terras além-mar, e com eles vieram a idealização de um lugar fantástico e rico em metais preciosos, porém repleto de armadilhas e perigos.

Uma das figuras mais proeminentes a difundir essa lenda foi o navegador, explorador, escritor e corsário inglês Walter Raleigh, que se baseando em relatos de exploradores espanhóis, de indígenas e em uma de suas duas viagens a América ajudou a disseminar o mito de uma paragem onde haveria uma fonte inesgotável de ouro.

Através de seu livro *O caminho do Eldorado – a descoberta da Guiana por Walter Raleigh em 1595*, faremos um breve estudo de como esses discursos balizados pelo mito do Eldorado propagaram e legitimaram a noção da exploração nas terras americanas que muito antes dos exploradores espanhóis e ingleses já eram habitadas e apresentavam um alto grau de desenvolvimento e organização social, política, econômica e cultural como é o caso dos Incas, Maias e Astecas.

⁴ Segundo as lendas, ouvidas pela primeira vez entre 1531 e 1532 pelos espanhóis que desbravavam as regiões costeiras da Colômbia, Venezuela e Peru, liderados por Diego de Ordaz, existia próximo dali um reino, dos nativos *Chibcha* – também conhecidos como *Muisca* –, onde seu líder tinha tantas riquezas que era costume ele cobrir-se com uma resina e aplicar ouro em pó pelo corpo todo. No fim do dia o monarca ia até uma lagoa, banhava-se e retirava todo o pó que cobria seu corpo.



Sob o artifício de levar o cristianismo para a salvação das almas pagãs indígenas, os espanhóis se aproveitaram para pilhar e dizimar populações autóctones inteiras. Os ingleses não se deram a esse trabalho, valeram-se da fragilidade dos nativos e se investiram de seus protetores contra outros invasores, valendo-se do estratagema ardiloso da proteção dos índios e suas terras contra principalmente os “sanguinários” espanhóis, mas na verdade estavam ali também para fazer o mesmo que seus adversários, só que de maneira velada e sagaz.

O percurso para se chegar ao caminho de Eldorado seguiu uma lógica geográfica. Desde Colombo, em 1492, com a chegada às Antilhas à procura das Índias, descobriu-se que havia ouro no novo mundo. A semente do mito do Eldorado já brotara desde as viagens de Marco Polo, mas é com o explorador italiano a serviço da coroa espanhola que ela encontrou terreno fértil para germinar e se transformar no mito responsável pela “invenção” das Américas como conhecemos hoje. É verdade que ele não encontrou muito do metal precioso, mas foi com ele que os ventos difusivos do Eldorado chegaram à Europa.

Na medida em que crescia a colonização espanhola aumentava também a presença de corsários ingleses nos mares e nos locais onde havia ouro. A leitura que se faz é que os ingleses estavam ganhando tempo e angariando informações a partir das experiências coloniais espanholas anteriores para no momento oportuno mostrar seu poderio bélico e tomar as regiões mais ricas e favoráveis geograficamente. Foi então que entrou em cena uma figura que juntava vários atributos para o serviço de explorar terras longínquas. Político, militar, explorador, escritor, espião, aventureiro, corsário e pirata, o inglês Walter Raleigh, em nome da coroa inglesa através do sistema “privateering”



– designação para o fomento da pirataria oficializada britânica –, vasculhou e pilhou, como jamais acontecera anteriormente, os mares americanos e caribenhos na captura de navios concorrentes que se atreviam em transitar suas riquezas por aquelas águas inóspitas.

Através da narrativa de Raleigh, podemos vislumbrar certas enunciações que engendram determinadas ideologias presentes nas entrelinhas discursivas da obra. Esses discursos apontam para uma supremacia e liderança inglesa que visam a justificar e legitimar os ingleses como os donos dos mares e das novas terras e suas riquezas. É também através dos seus relatos que podemos compreender os ideários eurocêntricos com relação àquele novo rincão explorativo.

É válido ressaltar que os ingleses, diferentemente dos espanhóis, não queriam se fixar nas novas terras num primeiro momento. Eles estavam interessados em adquirir apenas os metais preciosos presentes ali, especialmente ouro. Para ganhar a confiança dos nativos, eles se mostravam amistosos e se faziam passar por defensores dos índios contra os “desalmados” espanhóis. Na cadência discursiva de Raleigh, os índios, quando não se aproximavam deles, era porque os confundiam com os espanhóis, que se utilizavam de todos os artifícios para explorar as terras indígenas. “À noite, entre os ‘puntos’ Carao e Curupian, víamos uma fogueira ao longe. Deveriam ser índios, mas não se arriscavam a vir falar conosco por medo dos espanhóis”. (RALEIGH, 2002, p. 24).

O corsário inglês, além de estar interessado em encontrar o Eldorado, tinha também a presunção de catalogar todas as riquezas das novas terras com sua considerável diversidade de recursos naturais. Outro intento seu era mapear toda a região, descrevendo minuciosamente as rotas por eles percorridas, principalmente as fluviais. Mesmo deslumbrado com tantas



outras riquezas presentes no novo continente, seu principal objetivo era chegar à Guiana, lugar que supostamente guardava a cidade de ouro – o Eldorado – onde todos estavam dispostos a chegar, independentemente dos esforços e intempéries. Os trechos abaixo nos dão uma ideia das verdadeiras intenções do expedicionário:

A ilha tem grandes reservas de coisas e bichos alimentícios: veados silvestres, porcos selvagens, frutas, aves e peixes. Fazem pão de milho e de mandioca, além de raízes assadas e legumes nativos, abundantes onde quer que se pise.

[...]

Os espanhóis já recolheram montantes consideráveis de grãos de ouro no leito de alguns rios da ilha. A riqueza das redondezas, porém, é tanta, que não se preocupam em procurar mais. Todos tinham os olhos fixos nos tesouros da Guiana, o “grande armazém” de todos os metais preciosos. (RALEIGH, 2002, p. 26).

Enquanto os índios se mostravam cordiais com a presença dos ingleses naquelas terras, estes se valiam de todas as artimanhas para adquirir as informações necessárias que os fariam chegar ao tão esperado sítio onde haveria ouro suficiente para alavancar ainda mais o poderio da coroa inglesa. Em sua narrativa, o autor descreve, por exemplo, os espanhóis como presas fáceis de serem enganadas e ludibriadas ao primeiro gole de *rum*, por estarem há tempos sem degustar bebida de boa qualidade, estes, ao primeiro trago, logo entregavam informações valiosas que poderiam levar à Guiana. Assim, os ingleses poderiam tomar posse daquelas terras que, em sua perspectiva, aquele oásis fecundo já tinha um senhor:

Sem suspeitar das minhas intenções, muitos espanhóis me revelaram o que sabiam do lugar. Segundo eles, quem já viu Manoa, cidade



imperial da Guiana, não para mais de falar sobre a grandiosidade da sua beleza e abundância das suas riquezas.” (RALEIGH, 2002, p. 42).

A colonização inglesa diferiu da espanhola. Como os espanhóis se instalaram nas terras indígenas, tiveram que enfrentar a resistência destes; assim, cometeram verdadeiras atrocidades contra os nativos. Já os britânicos, como estavam interessados em riquezas, como o ouro, assumiam o papel de “curadores” daqueles, pretensamente oferecendo-se a salvaguardar os índios das atrocidades dos espanhóis. É com essa política de proteção que os ingleses passam a legitimar os ataques aos espanhóis e a justificar a apropriação e exploração dos índios que, quando não se viam obrigados a ceder às sevícias espanholas, eram ludibriados a entregar suas riquezas aos ingleses que, em última instância, não se furtavam a usar a força belicosa para garantir seu intento: achar ouro a qualquer custo.

Para impor sua autoridade Berrio humilhava e maltratava os caciques que prendia, deixando-os acorrentados dia e noite em céu aberto no centro das aldeias [...] seus corpos terminavam escuros e ressecados, suspensos por correntes como se fossem toicinho defumado” (RALEIGH, 2002, p. 32).

Desarmamos os soldados, libertamos os índios, escravos e moradores encarcerados por traficarem com estrangeiros. Atendendo a um pedido dos caciques e índios, botei fogo no povoado, deixando San José em chamas. (RALEIGH, 2002, p. 34).

Os fragmentos acima corroboram a visão foucaultiana a respeito das práticas e relações de poder sobre as quais discorremos em momento anterior. Através de ferramentas como o discurso “amistoso” e “protecionista”, o colonizador vai, progressivamente, conquistando a anuência dos nativos, tornando muito mais fácil a efetivação dos propósitos de apropriação das riquezas.



Após o assalto a Trinidad e a prisão de Berrio, Raleigh discursou e deixou claro que eles eram os guardiões do mundo, principalmente contra a tirania espanhola e sua imposição do cristianismo. Ele professava a libertação de vários outros povos feita pela coroa inglesa sob o reinado da imaculada rainha Elizabeth. Aquela guerra era também ideológica e só acontecia porque os espanhóis queriam impor o seu credo aos povos por eles subjugados. Já os ingleses, luteranos que eram, deveriam defender os outros povos do catolicismo escravista dos espanhóis.

O reino da Inglaterra também era o maior inimigo da Espanha. Éramos luteranos e não católicos. Nossa religião acreditava que cada um podia falar com Deus da maneira que bem entendesse, não admitindo nem tolerando a tirania e a opressão impostas pelo Sumo Pontífice da Santa Inquisição. Credibilizei a rainha como responsável pela libertação de várias nações do mesmo jugo e tutela que agora se abatiam sobre as tribos de Trinidad e Tobago. (RALEIGH, 2002, p. 37).

Os europeus, notadamente os ingleses, consideravam-se, e ainda se consideram, uma raça superior. Sentiam-se protegidos por força divina. Quando chegavam às novas terras, os nativos os viam como verdadeiros semideuses, por força de suas indumentárias e armamento. Portanto, mesmo estando em maioria, sentiam-se ameaçados e inferiorizados por essa grandeza “superior” que os europeus faziam questão de mostrar e encenar. Essa era uma das maneiras que eles utilizavam para demonstrar seu poderio e ar de superioridade. Podemos verificar tal discurso supremacista quando Raleigh descreve a rainha da Inglaterra para os indígenas.

Distribuí pequenos broches com imagens coloridas da rainha. Os caciques admiraram muito sua pele branca e louvaram a riqueza das joias raras que a adornavam. Naquele momento, vi que, se quisesse,



facilmente teria levado os selvagens à idolatria de Elizabeth I [...] desta maneira, no ano de 1595, Sua Majestade tornou-se muito famosa e benquista naquele canto do mundo. Os índios passaram até a chamá-la de “Ezrabeta Cassipuna Acareuana”, que se traduz por “Elizabeth, grande princesa e comandante supremo”. (RALEIGH, 2002, p. 38).

Ao longo de sua narrativa, Raleigh estabelecia uma relação antagônica entre ingleses e espanhóis, ao eleger estes como sendo os inimigos a se combater, ao passo que os súditos de Elizabeth apareciam nesse cenário na condição de amigos dos selvagens, cheios de boas intenções. Segundo sua visão, a coroa espanhola já havia crescido muito na questão da expansão territorial e no acúmulo de ouro dos vários impérios destruídos e saqueados como os dos Incas, dos Maias e dos Astecas. Foi devido a essas riquezas roubadas de terras além-mar que o rei da Espanha subjugou várias outras coroas, tornando-se verdadeira ameaça para toda a Europa se os outros impérios deixassem os espanhóis encontrarem o caminho de Eldorado.

A supremacia da Espanha poderá se tornar irresistível por muito tempo, se o descaso dos outros reinos permitir que a Guiana seja anexada a seus domínios [...] se os espanhóis descobrirem o caminho para o eldorado, ameaçarão a segurança de toda a Europa, tornando-se praticamente invencíveis no mundo inteiro. (RALEIGH, 2002, p. 45).

Além de político e excelente escritor, Walter Raleigh era um verdadeiro homem de guerra. Não desperdiçava a chance de se lançar a aventuras que poderiam deixá-lo rico e com o *status* de homem valioso no seio da coroa inglesa. Com a ideia fixa de encontrar o Eldorado, o bravo e ambicioso navegador angariava todos os tipos de narrativas e histórias para tentar persuadir a rainha Elizabeth a investir no novo mundo.



Mesmo relatos não comprovados por ele eram mandados para a Inglaterra e tidos como insuspeitos. É o caso da história de Juan Martinez, desterrado espanhol que, segundo explanação própria, teria passado sete meses na cidade de Manoa, à qual ele deu o nome de Eldorado. Martinez narra uma cerimônia onde índios eram untados com ouro, o que comprovaria a abundância do metal precioso. Raleigh na mais absurda prepotência imperialista chega a sugerir que aquelas terras pertenciam a sua majestade por desígnios divinos.

No meu entender, o fracasso sem misericórdia dos espanhóis que tentaram invadir e se estabelecer na região indica que o império da Guiana foi reservado pelo Criador para a posse e o usufruto de Sua Majestade, a rainha da Inglaterra. (RALEIGH, 2002, p. 52).

Além da grande quantidade de ouro cuja existência é alegada por Raleigh ao longo de todo o seu relato, é possível também perceber que o explorador fez anotações precisas referentes à geografia, à fauna, à flora e às tribos que ali habitavam. Justamente o contrário dos espanhóis, que durante sua trajetória de exploração no novo mundo preocupavam-se tão somente em dizimar e pilhar os povos da região. Foram inúmeras as tentativas de chegar à Guiana e achar o Eldorado. Raleigh, de maneira sagaz, utilizou-se de todas essas anotações e relatos das incursões espanholas para chegar à Guiana. Sua conquista baseava-se mais na informação do que no espírito aventureiro. Os ingleses faziam a política da boa vizinhança, usavam intérpretes indígenas para fazer contato com as várias tribos com a pretensão de “protegê-los” da mão pesada espanhola. E o pior: os ingleses colocavam os indígenas uns contra os outros para depois ludibriá-los com a promessa de suposta salvaguarda duradoura. Não importava quais os meios empregados, “a ordem



era cativar os nativos, obtendo a sua subserviência através de subterfúgios, como presentes e manifestações de apreço” (RALEIGH, 2002, p. 75).

A narrativa de Walter Raleigh não deixa de ser uma estratégia de autopromoção, como também da ascensão dos ingleses como sendo os natos detentores da ética e da moral, e, por essa razão, legitimados a usar a força paternalista para impor seu domínio. Durante grande parte do seu relato, o corsário inglês retratou as muitas tentativas frustradas espanholas de se chegar ao Eldorado. Essas empreitadas eram sempre pautadas pelo uso da força e o derramamento de sangue indígena. A mais perversa, segundo ele, foi a de Berrio, que dizimou vários povos indígenas até chegar à Guiana e acumular uma grande fortuna em ouro. Berrio se valeu do sequestro, da tortura e da escravização indígena. Sob a ótica inglesa, isso lhes dava o direito de cometer o mesmo com os espanhóis para conseguir seu intento, que era justamente o que todos procuravam: ouro e, evidentemente, a conquista territorial para sua coroa.

São raros os momentos em que, através de sua composição, Raleigh admite ser também um vilão mordaz que estava apenas interessado em explorar os índios e os espanhóis para a obtenção de lucro e glória. Em quase toda sua explanação, ele descreveu os espanhóis como sendo capazes de qualquer atrocidade para conquistar as novas terras e também retratava os índios como selvagens que não se furtavam em matar qualquer um que se atrevesse em seus domínios. Dadas as atrocidades cometidas pelos europeus contra esses povos por longos anos, a situação não poderia ser diferente. Contudo, mesmo quando ele admite seu lado sombrio não usa o termo “ingleses”, usa sim a designação “europeu” ao reportar a face mais perversa de sua real intenção.



Há muito os nativos passaram a esconder o ouro dos europeus. Aprenderam que qualquer ostentação de opulência ou riqueza os levava à ruína, pois o fascínio dos cristãos pelo vil metal não tinha limites. Ofuscados pelo brilho do ouro, os homens brancos não poupavam esforços para invadir e pilhar, saqueando casas, tumbas e templos. Levavam tudo que tinham: suas mulheres, seus tesouros, sua liberdade e a própria vida. (RALEIGH, 2002, p. 87).

Conforme estudos na área do discurso e da linguagem, é possível perceber nos fragmentos discursivos até aqui analisados, a existência de um verdadeiro projeto imperialista de apropriação das riquezas dos nativos por parte do invasor europeu, que tratou, para esse fim, de construir, no imaginário do “selvagem”, uma autoimagem de inferioridade, subserviência e cordialidade, a ponto de pensar em recorrer à proteção daquele que, na verdade, estava tomando de assalto as suas terras, desrespeitando suas crenças, valores, práticas sociais e tomando para si suas riquezas. Esse cenário exploratório é bem ilustrado nas certeiras palavras do pensador e ativista político Jomo Kenyatta sobre a devassa europeia no novo mundo e na África, “Quando os brancos chegaram, nós tínhamos as terras e eles a Bíblia; depois eles nos ensinaram a rezar; quando abrimos os olhos, nós tínhamos a Bíblia e eles as terras⁵”.

A partir desse momento do texto – que chamamos de segunda parte, apenas para efeito de localização na obra – são relatadas diversas aventuras – e até mesmo desventuras – vividas pelo grupo comandado por Raleigh na busca do Eldorado. A narrativa carregada de tensões, de conflitos e de

⁵ Frase atribuída a Jomo Kenyatta, fundador da República do Quênia – remete à partilha da África, no quadro do imperialismo europeu. (Fragmento sacado da FUVEST 1999 – Prova de História. Encontrado no sítio eletrônico (https://acervo.fuvest.br/fuvest/1999/fuv1999_2fase_his.pdf). Acesso em 21/10/2022.



sofrimentos contribui para que o leitor, ao tomar contato com as palavras do explorador, tenha uma noção mais próxima possível do quanto foi dolorosa a expedição daquela destemida tripulação, ou seja, quaisquer falhas que, porventura viessem a ocorrer, seriam dignas de compreensão e indulgência.

Desse momento em diante, nota-se a preocupação de Raleigh em construir uma justificativa para o seu já vislumbrado insucesso em termos de acúmulo de riquezas, propósito maior de sua viagem, ao menos para os seus patrocinadores e a própria coroa.

O texto é também carregado de demonstrações de afeição do nativo em relação ao explorador, que constrói com este um convívio pacífico no sentido de conhecer seu modo de vida, suas prioridades, seus anseios e seu modo de pensar o mundo. Do ponto de vista de Raleigh, conforme se verá mais adiante, essa estratégia de conquista funciona muito melhor que o conflito armado, pois conduz o próprio explorado a entregar, de bom grado, suas riquezas, em nome da amizade e da proteção oferecidos pelo europeu.

Uma série de eventos contribuíram para que o grupo de aventureiros construíssem, em seu imaginário, a ideia de uma terra encantadora, cheia de belezas exóticas, animais estranhos, vegetação farta e paradisíaca, uma vez que, sendo europeus “civilizados”, não estavam acostumados a tal contemplação. O trecho abaixo, retirado do relato, retrata todo o espanto dos homens de Raleigh diante da exuberância do lugar:

Neste percurso, quase que não precisaram dos remos, sendo carregados pela correnteza rio abaixo. A viagem, porém, terminou mais longa, porque os homens ficaram encantados com a beleza da paisagem que circunda o caminho de Eldorado. Até ali, tudo que haviam visto da Guiana foram uma mata espessa de macegas e espinheiras. A floresta, porém, escondia as riquezas da terra. Nas margens daquele rio, a



mata dera lugar a prados e campos com vinte milhas de extensão, cobertos de jardins, hortas e pomares. (RALEIGH, 2002, p. 114).

Nota-se que, dotado de uma admirável habilidade descritivo-narrativa, o explorador vai, progressivamente, elaborando um detalhado e cativante esboço daquele lugar mágico, para que todos quantos tomem conhecimento de sua obra saibam o quanto vale a pena arriscar-se em iniciativas de conquista de tal reino, ou seja, qualquer investimento feito em prol da tomada daquela terra seria recompensado milhares de vezes mais, dada a inigualável riqueza à disposição dos súditos de sua majestade.

É perceptível, ainda, neste e em vários outros momentos do texto, a presença de um discurso eurocêntrico, valorizando a visão de mundo de quem chega, em detrimento das noções apresentadas por aqueles que já habitam o local. Nesse sentido, o exótico, o exuberante e o selvagem apresentam uma relação estreita com a falta de civilidade que só seria remediada mediante a aceitação dos valores impostos pelo viajante e a cultura que ele representa – nesse caso, o modo de vida cristão manifestado na pessoa da rainha da Inglaterra, em nome da qual se desenvolvia toda a iniciativa de conhecer e conquistar o território da Guiana em busca do ouro de Eldorado.

Um dos pontos marcantes da narrativa de Raleigh parece ser a estratégia de conquista dos povos da Guiana através de uma pretensa amizade, bom tratamento, cordialidade, a despeito do que anteriormente fizeram os espanhóis, que usaram de violência e requintes de crueldade, escravizando homens, violentando mulheres e saqueando as riquezas, semeando, dessa forma, um temor generalizado e sentimento de revolta nos nativos. Os ingleses não faziam dessa forma (de acordo com o líder da expedição), ao contrário, construíram um caminho pautado na urbanidade, do bom comportamento,



do respeito às tradições, tendo em vista que, uma vez convencidos das boas intenções dos visitantes, os próprios selvagens lhes presenteariam com as abundantes riquezas ali existentes, além de lhes mostrar o tão sonhado *Caminho de Eldorado*.

É claro que, para levar adiante seu projeto, que consistia em uma tarefa a longo prazo, Raleigh precisaria lidar com a ansiedade evidente no âmbito do seu próprio grupo, pois seus homens pareciam não compartilhar da mesma paciência, preferindo resultados imediatos por meios mais ortodoxos à época.

É válido dizer que, por tratar-se de uma expedição oficial, a serviço da coroa, a viagem foi financiada por vários colaboradores, os quais esperavam ter o satisfatório retorno dos seus investimentos, ou seja, não se tratava apenas de uma investida exploratória no sentido contemplativo, cartográfico ou mesmo científico, mas uma obrigação de obter dividendos para o atendimento dos interesses econômicos envolvidos no empreendimento. Entretanto, provavelmente buscando um resultado mais expressivo no futuro, o comandante inglês compreendia que:

Assaltar uma mina já escavada pelos índios para satisfazer os instintos que só respeitam o lucro imediato também seria um erro. Tomaríamos uma mina e perderíamos todas as outras, jogando fora o meu esforço de conquista dos povos da Guiana pelo bom tratamento, para que nos abram o caminho de Eldorado. (RALEIGH, 2002, p. 123).

A partir da compreensão foucaultiana de discurso como sendo dotado de ideologia, podemos compreender a intencionalidade implícita na fala do viajante, ao escolher artimanhas, estratégias e mecanismos de dominação que não se assemelhem com os anteriores – nesse caso, os espanhóis –,



isto é, observava-se o resultado das incursões fracassadas para não repetir seus erros. Nesse sentido, a principal meta do projeto era transformar os espanhóis em inimigos mortais, tanto dos ingleses quanto dos nativos, ratificando a ideia de que “nós, ingleses, somos seus amigos, não agimos como aqueles espanhóis que destruíram suas aldeias e escravizaram seus filhos” (RALEIGH, 2002, p. 97).

Perceba-se que a intenção era a mesma, apenas com uma modificação na construção discursiva para favorecer a aproximação em relação ao objeto intencionado. Alguns fragmentos do texto, a exemplo do que trazemos a seguir, podem exemplificar mais claramente a opção por uma intervenção – a princípio – não-violenta:

Eu garanto, diante do Deus vivo, que ninguém da minha companhia empregou métodos violentos ou cruéis para conquistar ou subjugar qualquer uma das mulheres da Guiana, mesmo tendo centenas ao nosso alcance. (RALEIGH, 2002, p. 122).

Proibi terminantemente a todo e qualquer membro da minha tripulação se apossar de uma batata ou pinhão que fosse, sem o consentimento ou compensação dos nativos. Meus homens não tinham permissão nem para olhar ostensivamente as jovens, fossem filhas ou esposas dos índios. Para as tribos do Orinoco, esta nobreza de atitude foi o que melhor diferenciou a cordialidade e autocontrole dos ingleses da tirania temperamental dos espanhóis, que não conheciam limites para os seus apetites (RALEIGH, 2002, p. 122).

As relações de poder, em sentido estrito, não aparecem aqui de maneira explícita, ou seja, mesmo sabendo de sua posição de superioridade em relação ao nativo – dualismo branco *versus* selvagem –, o branco europeu “prefere” não usar de força ou violência para tomar posse daquilo que, por direito de descoberta, lhe pertencia. Não obstante estar investido de autoridade dada pela coroa para explorar, saquear, conquistar e dizimar, o aventureiro



optava por fingir amizade, propor proteção, prometer alianças em defesa do território que, na verdade, desejava conquistar. Ao detectar as demandas dos povos explorados, o invasor as utilizava em prol do seu projeto, tendo, dessa forma, a anuência daqueles que seriam explorados.

A leitura de tais narrativas, produzidas pelo europeu e, portanto, externando um ponto de vista que atenda especificamente aos seus modos de ver o mundo, chamam a atenção para a construção da imagem do “bom selvagem”, o qual, se for bem tratado, não hesitaria em entregar seus bens aos seus novos amigos. Note-se que esta é uma construção discursiva do ponto de vista eurocêntrico, que em nenhum momento considera a estrutura social, os costumes e a visão de mundo do nativo. Tal postura deve-se, inclusive ao fato de que, havendo quaisquer resistências por parte do selvagem, os invasores geralmente dispõem de poder de fogo suficiente para uma abordagem mais atroz e violenta.

Um elemento marcante e recorrente no relato de Raleigh é a construção de uma autoimagem de superioridade em relação aos “indefesos” nativos, um dos muitos adjetivos utilizados por ele para referir-se aos ocupantes da região. Ao colocar-se o tempo todo na posição de salvadores dos interesses das tribos da Guiana, os exploradores investiam-se do direito de, em nome dessa pretensa proteção, apossar-se de suas riquezas materiais.

O discurso religioso protestante, engendrado a partir da figura de Deus, anjos, demônios e outros seres metafísicos, conferem ao discurso imperioso eurocêntrico o ar de superioridade de que precisam para levar a cabo sua missão opressora. Era de interesse do grupo de aventureiros que os índios os vissem como guerreiros enviados por um “deus branco” para protegê-los dos seus inimigos.



De acordo com os estudiosos da linguagem e do discurso como elementos de poder e dominação, tais atitudes como esta denunciada acima, devem ser aceitas e legitimadas pelos seus destinatários, para que tenham validade; essa assimilação – que pode ser realizada de forma passiva ou através de tensões, inclusive com o uso da violência – é fundamental para o estabelecimento da hegemonia do dominador sobre o dominado.

A utilização de subterfúgios como o medo do inimigo, a custódia de um soberano, que renderá a proteção necessária, entre tantas outras estratégias, são ferramentas importantes dessa complexa trama, onde a linguagem de superioridade do invasor acaba por suplantar a alteridade do nativo.

Para atingir seu objetivo de enriquecimento às custas do ouro e outros recursos abundantemente “disponíveis” nas terras encontradas, o usurpador – aqui representado por Walter Raleigh e sua tripulação – submete-se até mesmo a uma busca por elementos comuns às suas culturas, no sentido de mostrar que ambos, brancos e índios, possuem mais em comum do que se possa imaginar, ou seja, podem confiar uns nos outros, sem que tal relação lhes traga quaisquer prejuízos. Observe-se, entretanto, que a comparação parte sempre da ótica do branco em relação ao índio e não o contrário, conforme pode ser verificado no fragmento a seguir:

Em relação aos ingleses, pelo menos, os pobres coitados foram pouco a pouco mudando de atitude. Alguns aceitaram provas dos nossos pratos, constatando que comíamos carne de caça como eles. Perdendo o medo inicial os índios se aproximaram. Viram que não maltratávamos nossos presos nem nossos bichos, ainda dividíamos com eles o que tivéssemos para comer. Assim, foram se dando conta de quanto (e por que) os espanhóis tinham mentido sobre nossos hábitos. (RALEIGH, 2002, p. 78).



Portanto, não era interessante para os viajantes realizar uma investida violenta, levando o que pudesse dos índios para dar satisfações aos investidores, responsáveis pelo financiamento da expedição. Como já tinham registro de que outros exploradores tentaram essa metodologia e falharam, os ingleses entenderam que era necessária outra maneira de apossar-se da imensa riqueza presente no Caminho de Eldorado.

Como evidencia-se mais adiante, o fato é que o grupo não dispunha de recursos humanos nem materiais suficientes para tal empreitada. Por esse motivo, optaram pela manutenção de um relacionamento aparentemente pacífico, crendo que, sendo bem cativados e domesticados, os nativos estariam prontos a entregar o que tinham em nome de uma suposta aliança. Para isso, entretanto, seria fundamental dirimir a ideia negativa construída pelos invasores anteriores, os espanhóis, isto é, aquelas tribos autóctones deveriam incutir a partir da simbologia do inglês amistoso e pacífico que eles não representariam perigo como os terríveis inimigos ibéricos.

É frequente na narrativa a referência a uma postura de respeito à diversidade cultural, às tradições e aos costumes dos indígenas, características, conforme o relator, dessa política de colonização inglesa, que em muito diferenciava da espanhola, esta, marcada principalmente pela violência e pelo desrespeito. Merece destaque o fato de que, quanto mais negativa fosse a relação com os espanhóis, mais terreno os ingleses ganhariam no sentido de conquistar a simpatia do selvagem.

Outro ponto que chama a atenção no posicionamento ideológico do explorador é que essa atitude de levar em consideração as tradições e os costumes do povo indígena deve ser vista como uma característica digna de distinção, como se estivesse implícito que, na verdade, o índio não a merecesse,



ou seja, deveria dar-se por feliz em receber de um povo tão superior quanto os ingleses a indulgência em relação às suas práticas pagãs. Trata-se, mais uma vez, de uma estratégia discursiva de, através da linguagem, convencer o outro em relação à honra de servir a tão grande e benevolente império.

Se, por um lado, seria proveitoso construir um conceito totalmente perverso em relação aos espanhóis, não haveria mal algum em exaltar os bons atributos de Sua Majestade, a qual deveria ser adorada e respeitada por todos, como a boa cuidadora dos nativos. Em vários trechos da obra, o viajante lhe dedica as mais belas palavras, exaltando a grandeza de sua generosidade, senso de justiça e equidade. Destacamos aqui um dos fragmentos onde se vê o esboço de uma rainha acima de qualquer soberano e, portanto, cujo governo, além de respeitado, deveria ser até mesmo desejado. A estratégia de imposição, ainda que amistosa, da dominação do império inglês sobre os povos da Guiana, como forma de apropriação, expressa-se em um trecho de uma conversa entre Raleigh e o rei de Aromaia, uma das nações que compunham aquele vasto reino:

Acrescentei alguns apartes, destacando a grandeza e generosidade de Sua Majestade. Fora ela quem nos inculcava este amor pela justiça. Ela nos ensinava a socorrer os oprimidos e subjugados por seus inimigos. Discursava sobre suas belezas e virtudes, sua pureza, virgindade e longevidade. Recorri a todos os adjetivos que me ocorreram para enaltecer e expressar a admiração que nossa soberana despertava, não só na Inglaterra, mas mundo afora. (RALEIGH, 2002, p. 141).

A estratégia linguístico-discursiva empregada por Raleigh em sua tentativa de convencer os nativos a reconhecer a superioridade – e, portanto, o direito da rainha da Inglaterra às suas riquezas – encontra-se presente em todo o texto de forma latente ou não, convergindo para o



entendimento que defendemos a partir dos conceitos aqui ensejados: o discurso, como forma de dominação e fundação de hegemonias, precisa antes ser assimilado pelo dominado. De outro modo, a invasão deveria ser feita à moda dos que antes chegaram ao território, isto é, por meio da barbárie. Tendo escolhido uma abordagem aparentemente amistosa não restava ao nosso “herói” outra alternativa senão empregar tantos meios quantos fossem necessários para criar no imaginário do “selvagem” a noção de uma parceria benéfica para ambos os lados.

Note-se que todas as ofertas de paz, a aproximação cordial, as “conversas ao pé da fogueira”, a troca de presentes, bem como todas as demais atitudes tomadas pelo invasor demonstram que, no fundo, há uma certa consciência de que o território não lhes pertencia, ou seja, eles estavam buscando convencer os nativos de uma realidade na qual nem mesmo eles acreditavam, precisando, para isso, utilizar-se de variadas formas de convencimento, mesmo tendo clara a certeza de que o objetivo final era saquear e levar à rainha os tesouros prometidos. Pode-se dizer, nesse sentido, também ratificando a discussão até aqui realizada, que o discurso está, quase sempre, a serviço de uma instituição de poder, no caso as tantas instâncias de ordenamento colonial consubstanciado nos estratagemas discursivos eurocêntricos de controle das terras e riquezas de terras além-mar.

CONSIDERAÇÕES

Os relatos de viagem podem ser vistos como importantes textos narrativos, nos quais se pode vislumbrar a construção de uma intrincada rede de discursos, reforçada por imagens ora plausíveis, ora fantasiosas, mas que se coadunam para legitimar a ideia defendida pelo escritor, ou



seja, amalgamar na mente do leitor a visão de lugares paradisíacos, seres mitológicos, terras mágicas cobertas de ouro, dentre outras construções simbólicas e imaginadas.

Entretanto, o que se pretende ao ler um relato de viagem a partir de uma perspectiva linguístico-discursiva, não é necessariamente saber se a narrativa é real ou inventada, se os lugares e seres narrados existem de fato ou não. A pretensão, nesse caso, é analisar de que formas linguístico-enunciativas o escritor lança mão para convencer o leitor a aceitar determinada ideia, investir nela, dar-lhe crédito e, se possível, financiar suas aventuras. Busca-se também olhar a relação explorador-explorado, que não é – nem pode ser – tranquila, mas sim marcada por tensões.

Esse foi o objetivo traçado nesse artigo, ao final do qual chegamos com a certeza de que o tema é muito mais rico e instigante do que a princípio supúnhamos. Porém, a título de um fechamento temporário, cabe dizer, dadas as leituras realizadas para a compreensão do tema, que um relato de viagem é, em si mesmo, um rico instrumento de estudos, com a capacidade de conduzir o pesquisador a inúmeros questionamentos, como, por exemplo, os motivos pelos quais os grandes impérios dedicaram recursos incontáveis na tarefa de dizimar civilizações antigas, apagando completamente seus rastros da linha do tempo e da história.

A serviço de tais empreendimentos, a linguagem do conquistador, o discurso de dominação, aliada a estratégias de intimidação através da força belicosa, sempre estiveram subjacentes a um projeto de enriquecimento dos grandes reinos – sobretudo europeus – em detrimento das sociedades historicamente estabelecidas no “Novo Mundo”.



REFERÊNCIAS

AVENA, B. M. “As viagens e o turismo: investigação científica e investigações de si”. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, v. 1, n. 13/14, p. 353-361, 2010. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/13663>. Acesso em: 15 out. 2022.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GIUCCI, G. **Viajantes do maravilhoso**. O Novo Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

Holanda, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MACHADO, M. H. P. T. “Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação (Mary Louise Pratt)”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 281-289. 2000



NEVES, A. O. das. **A Amazônia na visão dos viajantes dos séculos XVI e XVII: percurso e discurso.** Manaus: Editora Valer, 2011.

OLIVEIRA, R. G. de. O Rio Branco no contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização europeia entre os séculos XVI e o XVIII. In: MOREIRA, F. K.; MARTINS, E. C. de R. (org.). **Relações Internacionais na fronteira norte do Brasil: coletânea de estudos.** Boa Vista – RR: EDUFRR, 2008.

PRATT, M. L. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação.** Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru – SP: EDUSC, 1999.

RALEIGH, W. **O caminho de Eldorado: a descoberta da Guiana por Walter Raleigh em 1595.** Adaptação e notas de Eduardo San Martin. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.